

ASSENTAMENTO BENEDITO ALVES BANDEIRA: UMA HISTÓRIA DE LUTAS PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE ACARÁ, NORDESTE PARAENSE

Acácio Tarciso Moreira de Melo¹
Liliane Freitas Costa Barros²
Heribert Schmitz³
Aldrin Mario da Silva Benjamin⁴

RESUMO

Analisa-se neste artigo o processo de luta pela terra vivenciado por uma população residente no Município de Acará, Nordeste paraense, onde localiza-se o Assentamento Benedito Alves Bandeira. Essa luta teve como objetivo o reconhecimento da posse da terra às famílias que ali residiam há décadas, frente à expropriação da mesma por um pecuarista que durante o início da década de 1960 pretendia se instalar naquela localidade e iniciar a sua criação de gado. A pesquisa ocorreu nos meses de junho a novembro de 2009, e constou de abordagens qualitativas e quantitativas. Os principais procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento de dados secundários, observações direta e participante realizadas durante todo o período da pesquisa de forma sistemática e planejada; entrevistas efetuadas com questionários estruturado e semiestruturado, além da realização de entrevistas informais. A amostra foi selecionada por uma amostragem intencional, conforme descrito por Minayo et al. (1994), para considerar os diferentes grupos de interesse nesse assentamento, e, atendo-se para análise o período de 1960 a 2009. Após várias investidas de expropriação, a população realizou um grande movimento de luta pela terra, que culminou com a desapropriação das terras em questão e posteriormente, em 1988, a criação do assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Se por um lado a constituição deste assentamento promoveu o fim de uma luta, por outro, deu início a muitas outras batalhas, como ocorreu, de maneira geral, nos demais assentamentos em todo o Brasil (Martins, 2003), e é apresentado, também, neste caso em análise.

Palavras chave: Luta; Terra; Conflito Agrário; Posse; Assentamento Rural.

INTRODUÇÃO

Segundo Sousa (2002), a gênese dos assentamentos rurais na região do Nordeste Paraense tem forte relação com o processo de ocupação e formação fundiária que se deu ali. Nesta região incidiram vários conflitos sociais entre grileiros⁵ e populações que há décadas já

¹Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Docente do IFPA, em Castanhal (PA), atmmelo@yahoo.com.br

² Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Docente do IFPA, em Castanhal (PA), Doutoranda em Sociologia, pela UFPA, liaacapu@yahoo.com.br

³ Doutor em Ciências Agrárias, professor de Sociologia da UFPA, em Belém (PA), bolsista de produtividade do CNPq, heri@amazon.com.br.

⁴ Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Docente do IFPA, em Castanhal (PA), aldrin@yahoo.com.br

⁵ Denominação atribuída e conhecida na região por ser um indivíduo que forja a documentação de posse/propriedade de uma área de terra para dela se apropriar.

habitavam nas terras griladas, a exemplo do ocorrido com a população que constituiu o Projeto de Assentamento (PA) Benedito Alves Bandeira (denominado de PA BAB).

Localizado no município do Acará (ver figura 01), Nordeste Paraense, distante 152 Km da cidade de Belém, esse assentamento foi constituído em 1988.

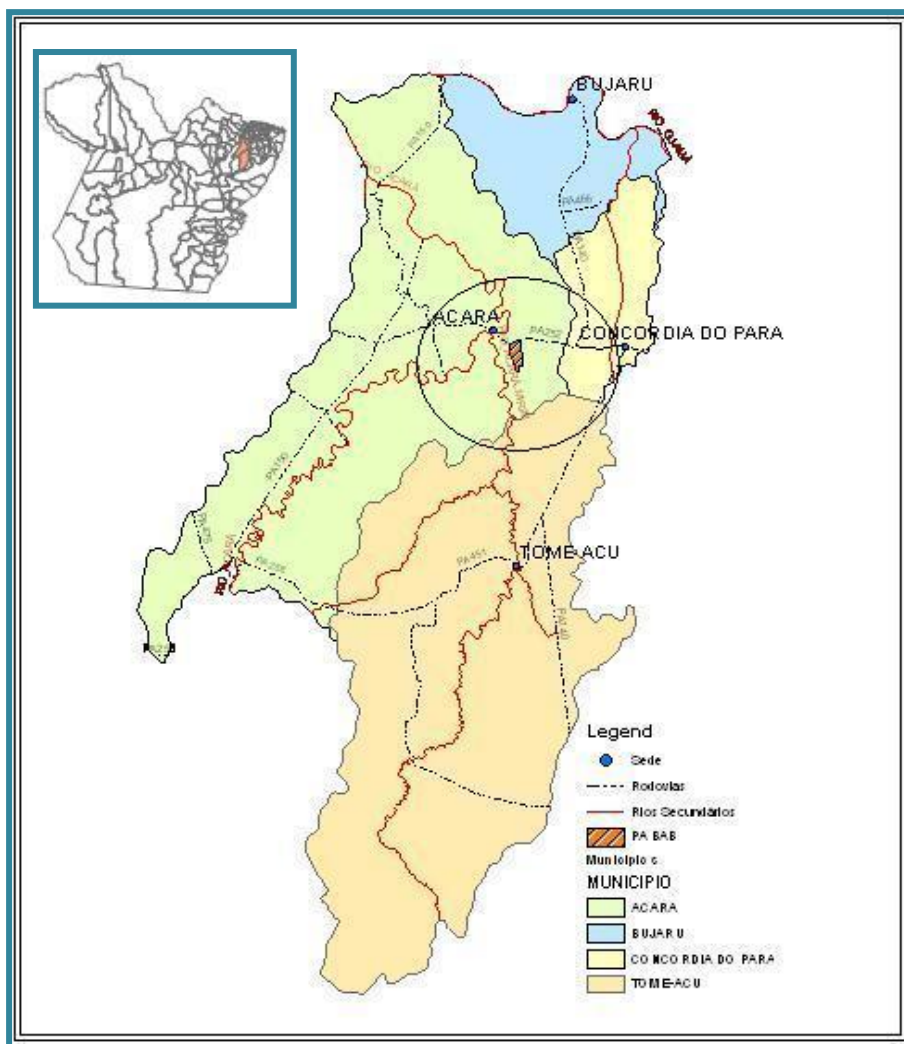


FIGURA 01: Mapa de localização do Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira (PA BAB).
Fonte: Benjamin, 2010.

Assim como os demais assentamentos do Brasil, a luta pela terra esteve no cerne da constituição desse assentamento. Como muito comum na Amazônia Legal, essa luta se deu em favor do reconhecimento da posse da terra que pertencia a uma população local que ali residia há décadas, frente à expropriação da mesma por um pecuarista que durante o início da década de 1960 pretendia implantar um projeto agropecuário.

A pesquisa de campo ocorreu durante os meses de junho a novembro de 2009, e constou de abordagens qualitativas e quantitativas. Os principais procedimentos

metodológicos utilizados foram: levantamento de dados secundários, observações direta e participante realizadas durante todo o período da pesquisa de forma sistemática e planejada; entrevistas efetuadas com questionários estruturados e semiestruturado, além da realização de entrevistas informais. A amostra foi selecionada por uma amostragem intencional, conforme descrito por Minayo et al. (1994), para considerar os diferentes grupos de interesse nesse assentamento. Diante das análises pretendidas pelo objetivo da pesquisa, atribuiu-se um recorte temporal do período de 1960 a 2009.

O artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira parte, apresenta-se uma base teórica sobre a reforma agrária e críticas a respeito do esboço de sua constituição. E, em seguida dedica-se a apresentar o processo histórico de constituição dos assentamentos na região Amazônica e as problemáticas decorrentes das políticas dirigidas pelo governo no processo de ocupação dessa região.

Na terceira parte denominada: “Assentamento BAB: uma história de muitas lutas” descreve-se o conflito pela posse da terra, desde as primeiras investidas do pecuarista em apropriar-se das terras (provavelmente através de grilagem) onde várias famílias já residiam no local; até o período do conflito “declarado” durante as décadas de 70 e 80. Ainda nesta parte, descreve-se também, as lutas vivenciadas frente às novas e atuais investidas de disputa por terra. Na última parte, as considerações finais acerca dos resultados da pesquisa.

A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: (DES)ESPERANÇA?

A história da reforma agrária, no Brasil, é uma história de oportunidades desperdiçadas. Olhando para a história brasileira, quando ainda colônia de Portugal, o Brasil não tinha movimentos sociais que, no século 18, pudessem favorecer processos que democratizassem o acesso à propriedade da terra, como aconteceu na Europa. Ao contrário, continuou seguindo o velho modelo do latifúndio, sob o domínio da mesma velha oligarquia rural. Neste ponto, verifica-se que, as revoluções socialistas, principalmente, a russa e a chinesa, ocorridas no século XX, chamaram a atenção de uma parcela da elite intelectual brasileira, entretanto, não tiveram mais do que influência teórica. Mesmo passando pelas guerras que impulsionaram a reforma agrária na Itália e no Japão, o Brasil, tampouco fez uma revolução de bases fortemente camponesas, como a de Emiliano Zapata, no México do começo do século.

Durante a fase da República Velha (1889-1930), foram incorporadas grandes áreas no processo produtivo, aliado ao processo de imigração européia e japonesa, onde os imigrantes

desempenharam um papel relevante no desenvolvimento rural do país. Nesta fase o número de estabelecimentos agrícolas aumentou, em relação às décadas anteriores, mas a estrutura fundiária ainda permanecia semelhante ao período anterior. Com a revolução de 1930, que derrubou a oligarquia cafeeira, houve um grande impulso ao processo de industrialização no país. Foram reconhecidos os direitos legais dos trabalhadores urbanos e o Estado assumiu o papel principal no desenvolvimento econômico do país, mas não interveio na ordem agrária, continuou-se apostando na predominância do latifúndio. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e prosseguiu o processo de transformação através da industrialização e urbanização aceleradas. Neste período houve um grande movimento na elaboração de dezenas de projetos de lei de reforma agrária, apresentadas ao Congresso Nacional, mas nenhum foi aprovado.

Motivados pela participação popular, no final dos anos 50, os debates ampliaram-se e ajudaram a promover as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) que eram consideradas essenciais pelo governo, para o desenvolvimento econômico e social do país, tendo sido a reforma agrária a que mais polarizou as atenções. Decorrente disto, em 1962 criou-se a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com a atribuição de executar a reforma agrária. E, em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista.

No ano seguinte, o Presidente da República assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Propôs também, uma série de providências consideradas "indispensáveis e inadiáveis para atender às velhas e justas aspirações da população" e, a reforma agrária seria a primeira delas. O que não foi possível, pois logo em seguida teve início o ciclo dos governos militares.

Durante o governo militar, a reforma agrária foi incluída entre suas prioridades para o Brasil. Para tanto, sob a coordenação do Ministro do Planejamento, um grupo de trabalho foi imediatamente designado para a elaboração de um projeto de lei, o qual resultou na Lei nº 4.504, que tratava do Estatuto da Terra, sancionada em 1964 pelo Presidente da República. Constituiu-se então, a primeira proposta articulada de reforma agrária, feita por um governo, na história do Brasil. Entretanto, impulsionado pelo regime militar brasileiro (1964-1984), em vez de dividir a propriedade, o capitalismo promoveu a modernização do latifúndio, por meio

do crédito rural fortemente subsidiado e abundante, onde o crédito facilitava a aquisição de terra e máquinas.

Nesse período, toda a economia brasileira cresceu com vigor - eram os tempos do "milagre econômico". O país urbanizou-se e industrializou-se em alta velocidade, sem ter que democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural. O projeto de reforma agrária foi esquecido e a herança da concentração da terra e da renda permaneceu intocada.

A partir de 1970, como substitutivos da reforma agrária, o governo Federal lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional. Entre eles, o Programa de Integração Nacional (PIN) - 1970; o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) - 1971; o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) - 1972; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) - 1974; o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) - 1974. Destes, o PIN e o PROTERRA foram os programas que mereceram maior atenção e aos quais foi destinada uma soma significativa de recursos. Com o propósito de ocupar uma parte da Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica, o PIN era baseado em projetos de colonização em torno de agrovilas e, segundo a versão da época, buscava-se integrar "os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia".

Estudos posteriores demonstraram que os custos destes programas foram altos, o número de famílias beneficiadas reduzido e o impacto sobre a região insignificante sob o ponto de vista do desenvolvimento rural para as populações locais e para os imigrantes da região. Vale destacar que o desempenho do PROTERRA também deixou a desejar: o programa desapropriava áreas escolhidas pelos próprios donos, pagava à vista, em dinheiro, e liberava créditos altamente subsidiados aos fazendeiros. Apenas cerca de 500 famílias foram assentadas depois de quatro anos de criação do programa.

Nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra (1964-1979), o capítulo relativo à reforma agrária, na prática, foi abandonado, enquanto o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala. No total, foram beneficiadas apenas 9.327 famílias em projetos de reforma agrária e 39.948 em projetos de colonização.

O índice Gini⁶ que mede a distribuição da terra, no Brasil, passou de 0,731 (1960) para 0,858 (1970) e 0,867 (1975). Esse cálculo inclui somente a distribuição da terra entre os

⁶ O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que, zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6, e para a concentração fundiária está acima de 0,8 (II Plano nacional de Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA/Brasil, 2006).

proprietários. Se forem consideradas também as famílias sem terra, o índice de Gini evidencia maior concentração ainda: 0,879 (1960), 0,938 (1970) e 0,942 (1975). Na verdade, em 50 anos, as pequenas alterações que ocorreram, em termos de concentração de terra, no Brasil, foram para agravar ainda mais a situação.

No início da década de 1980, o agravamento dos conflitos pela posse da terra, na região Norte do país, levou à criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF) e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT), e do Baixo Amazonas (GEBAM). O balanço das realizações desses três órgãos, no entanto, é pobre, com registro de alguns poucos milhares de títulos de terra de posseiros regularizados. Nos seis anos do último governo militar (1979-1984), a ênfase de toda a ação fundiária concentrou-se no programa de titulação de terras. Nesse período, foram assentadas 37.884 famílias, todas em projetos de colonização, numa média de apenas 6.314 famílias por ano.

Em 1985, o governo do Presidente José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, com metas extremamente ambiciosas: assentamento de 1.400.000 famílias, num período de cinco anos. Porém, ao final de cinco anos foram assentadas aproximadamente 90 mil, apenas.

Essa década registrou um grande avanço nos movimentos sociais organizados em defesa da reforma agrária e uma significativa ampliação e fortalecimento dos órgãos estaduais encarregados de tratar dos assuntos fundiários, existentes em quase todos os estados da federação. E, de forma geral, as ações estaduais conseguiram beneficiar um número de famílias muito próximo daquele atingido pelo governo Federal. No governo de Fernando Collor (1990-1992), o programa de assentamentos foi paralisado, cabendo registrar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. O governo de Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária. Aprovou um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas só foi possível atender 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de 1.229.000 hectares.

No final de 1994, após 30 anos da promulgação do Estatuto da Terra, o total de famílias beneficiadas pelo governo Federal e pelos órgãos estaduais de terra, em projetos de reforma agrária e de colonização, foi da ordem de 300 mil, estimativa sujeita a correções, dada a diversidade de critérios e a falta de recenseamento no período 1964-1994.

O documento “Proposta para a Reforma Agrária” definido no III Encontro Nacional do Movimento dos Sem Terra (MST), realizado em maio de 1995, enfatiza que

“[...] um programa de reforma agrária interessa a toda a sociedade. Hoje, não se trata apenas de uma solução para o problema dos sem-terra, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional [...]. A reforma agrária é uma solução não apenas para os problemas do meio rural, mas também de toda a sociedade brasileira, e também do meio urbano (Proposta para a Reforma Agrária, III Encontro Nacional do MST, 1995 citado por STEDILE, 2005, p. 187-188).

Apesar do reconhecimento da pertinência dessa afirmativa, ainda estamos muito aquém de concretizarmos uma proposta eficaz de Reforma Agrária.

O SIGNIFICADO DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTO NA AMAZÔNIA

Segundo Bergamasco (1994) o termo “assentamento” foi utilizado pela primeira vez no âmbito jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária na Venezuela em 1960. No caso do Brasil os assentamentos surgiram durante a década de 1970 através da desapropriação⁷ de imóveis rurais, por meio do qual o governo pretendia “fixar” os grupos e aliviar as tensões sociais decorrentes da demanda por terras (LEITE, 2005), existentes desde a década de 1950 (MARTINS, 2000).

Ao tratar sobre isso, Carmo (2005, p. 229) descreve que os assentamentos “constituem a forma *sui generis* que o Estado brasileiro encontrou para realizar a reforma agrária em resposta às pressões dos movimentos sociais na militância pela posse da terra”. Constituem-se, na grande maioria, a partir de conflito social⁸, ao que Neves (1999, p.02) atribuiu serem os assentamentos, respostas pontuais às pressões dos trabalhadores pela “posição social de titular de lote de terra”.

Entre os anos de 1950 e 1960, período em que a região Amazônica era considerada pelos governantes brasileiros como um “espaço vazio”, a realização da reforma agrária nessa região parecia um contra-senso, quando então se considerava que a reforma agrária pressupunha a expropriação e a divisão dos latifúndios entre os agricultores sem terras, a fim de se ter uma distribuição equitativa destas (ROMEIRO, 1995).

Segundo Pasquis et al. (2005), ainda que sua ocupação seja relativamente recente – apenas meio século de colonização –, hoje a Amazônia já apresenta vários problemas agrários

⁷ Segundo o MDA/INCRA (S/D, p. 14) a desapropriação tem a finalidade de “promover a transferência compulsória ao patrimônio público de determinado imóvel de domínio privado e visa promover a justa distribuição da propriedade ou para condicionar o seu uso ao bem-estar social”.

⁸ Segundo Glasl (1997, p.14-15), o conflito social é definido como “uma interação entre atores na qual pelo menos um ator vivencia incompatibilidade no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com um outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro”.

que afetam o restante do País. Observa-se que neste período foram formados chamados “viveiros de mão-de-obra” para utilização nos grandes projetos, como descrito por Oliveira:

“[...] As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros mostrando como a instalação do grande latifúndio só seria viabilizada se precedida e acompanhada do plano de assentamentos. Na verdade, a ‘reforma agrária na Amazônia’ encobria a intenção de levar os colonos a ‘abrir’ a região e ocupar espaços com o contingente necessário de mão-de-obra para que, então, o grande capital pudesse instalar-se” (OLIVEIRA, 1987 p.36).

Nesta divisão de tarefas, o Estado teve que conter as tensões sociais e fazer dos projetos de colonização e dos assentamentos de reforma agrária “válvulas de escape” das áreas em conflito. Essa é a raiz histórica da implantação dos projetos agropecuários, da colonização e da expansão da agricultura moderna na fronteira. A princípio, pode parecer incoerente quando a análise da gênese da ocupação amazônica revela conter algumas iniciativas de assentamentos para agricultura familiar, entretanto percebe-se que o claro interesse era levar para essas áreas, o grande capital. A análise desse processo de colonização e “reforma agrária” apresenta contradições que clareiam as verdadeiras intenções do governo brasileiro na época.

Nos primeiros assentamentos implantados na floresta amazônica as famílias não receberam nenhum auxílio, assistência técnica ou qualquer suporte que desse um mínimo de viabilidade à sua sobrevivência. As primeiras manifestações de descontentamento com tal tratamento foram respondidas, como de praxe, pelo governo militar de maneira autoritária e avessa a qualquer tipo de oposição: com violência e encorajamento de seu uso por terceiros para reprimir as reivindicações. A própria repressão militar abriu caminho para a proliferação de pistoleiros e capangas contratados por proprietários de terras, em todo o país, na certeza de que não seriam punidos, pelo contrário, seriam vistos como aliados no uso da violência para manter a ordem. Nunca, na história do Brasil, o latifúndio fez uso tão descontrolado da violência privada como nos tempos militares.

No início dos anos 90, com a abertura para a redemocratização do país, das 40.000 famílias assentadas, 63% se estabeleceram na região amazônica, e 2.250 dessas famílias foram designadas ao Mato Grosso. No governo Itamar Franco, a Amazônia ficou com 43% das 4.800 famílias assentadas, e neste caso, nenhuma dessas ao Mato Grosso. No primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso propôs assentar 260.000 famílias, entendendo que a

reforma agrária deveria ter apenas finalidade social, ou seja, retirar parte das pessoas marginalizadas dessa condição. Os massacres de Corumbiara/RO (agosto de 1995), e Eldorado dos Carajás/PA (abril de 1996), fizeram com que essas metas fossem refeitas e ampliadas durante o segundo mandato. Ao final de oito anos, o governo anunciou ter assentado mais de 600.000 famílias, 60% delas na Amazônia Legal⁹. Assim, a década de 1990 terminou com forte pressão social dos movimentos de luta pela terra para a realização da reforma agrária.

A história recente dos problemas agrários do Pará começa com a construção da Belém-Brasília (BR-010), na década de 50, viabilizada para aumentar a circulação da produção e a abrangência do capital entre o sul e o norte do país. Desta forma, os grandes grupos capitalistas do sul e sudeste do país, ligados direta ou indiretamente à construção da rodovia, passaram a explorar e adquirir terras na região, valorizando-as, sob muita especulação.

Concomitante a essa política de “rodovias”, o estado cria a política de incentivos fiscais, que facilita a chegada dos latifúndios; que numa primeira visão pode parecer que é algo contraditório propor colonização e criação de latifúndios, mas não é, é tudo dentro de uma mesma política do capital de apropriação de terras e do trabalho das pessoas, em uma lógica de atrair capitais facilitando o aparecimento de grandes proprietários de terras dentro de uma política de incentivos fiscais que envolve o sistema econômico financeiro, por isso inclusive bancos e indústrias adquiriram terras no Pará. Segundo Treccani (2002):

“Só no Estado do Pará, de 1964 a 2000 foram assassinados 717 trabalhadores, lideranças sindicais, religiosas e políticas. O mais grave é que dos 703 casos de trabalhadores rurais assassinados no Estado do Pará de 1964 a 1988, só em 183 casos foram abertos inquéritos policiais e só 113 deles deram origem a processos que tramitaram ou estão tramitando na justiça. Nos últimos anos foram realizados os júris populares ou emitidas sentenças de impronúncia, arquivamento ou absolvição em 18 casos, isto é, só 2,56% dos casos ocorridos foram julgados. Este número aumentaria consideravelmente com a inclusão do julgamento dos policiais responsáveis pelos assassinatos dos integrantes do MST em Eldorado dos Carajás, passando de 18 para 37 casos e elevando o percentual dos julgamentos para 5,26% dos casos denunciados” (TRECCANI, 2002).

⁹ Corresponde à região Norte o Brasil, o Oeste do Maranhão, o Norte de Tocantins e o norte do Mato Grosso.

Corroborando com este autor, o Estado é o grande responsável pelos conflitos modernos no campo paraense, por fazer uma política anti-social e injusta, como aconteceu com a Transamazônica, com o discurso de chegar às terras desocupadas.

Para Sousa (2002), a gênese dos assentamentos rurais na região do Nordeste Paraense tem forte relação com o processo de ocupação e formação fundiária que se deu ali. Loureiro e Pinto (2005) enfatizam que nesta região incidiram vários conflitos sociais entre grileiros e populações que há décadas já habitavam nas terras por eles griladas, a exemplo do ocorrido com a população que constituiu o assentamento Benedito Alves Bandeira.

Os recentes projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no estado do Pará, quase sempre, desde a sua origem são relegados ao esquecimento e recebem infra-estrutura ainda menor com o passar dos anos. Como em todo início de instalação desses tipos de projetos, a agricultura familiar se apresenta de forma frágil, expondo as famílias dos assentados à pressão de grileiros e madeireiros. Muitos agricultores, como do caso aqui estudado, receberam ameaças e foram expulsos de suas terras de origem por “seguranças” e pistoleiros de fazendeiros que determinaram o abandono do lote. Dessa forma, é comum encontrarmos assentados realocados no assentamento pelos funcionários do INCRA, na maioria os mais antigos, com histórias de que já foram expropriados de suas terras de origem por grileiros. Situação esta que os remeteram a desestruturação de sua cultura e do seu modo de vida e, assim tiveram a difícil tarefa de adaptação em sua nova realidade. É neste contexto que a organização social se apresenta como uma estratégia para coibir a coação e as ameaças para que os assentados não abandonem ou vendam seus lotes a preços irrisórios.

ASSENTAMENTO BAB UMA HISTÓRIA DE MUITAS LUTAS

A importância de se conhecer a vivência na reforma agrária tem sido ressaltada por Medeiros e Leite (2004) e Ferrante (2005). No entanto, pouca atenção tem sido dada aos assentamentos da região do Nordeste paraense. Neste artigo trataremos de apresentar a vivência dos “assentados” do PA BAB nas lutas frente às atuais e novas investidas de disputa por terra, mais especificamente aquelas relacionadas ao caso da pesquisa aqui apresentada.

A luta pelo “pedaço do chão” da vida da gente

Segundo os relatos dos nativos¹⁰ a área onde atualmente localiza-se o PA BAB já vinha sendo habitada a mais de 300 anos, conforme descrito no depoimento transcrito abaixo:

“[...] aquela área (referindo-se ao PA BAB) era devoluta da União e nela existiam várias comunidades ribeirinhas que moravam na beira do rio Jupuíba que é braço do rio Acará. Essa ‘ocupação’ aqui tem mais de 300 anos, sendo os seus antepassados indígenas” (Sr. José Matias, 59 anos).

Muitas famílias de agricultores já ocupavam a área há mais de dois séculos sem, no entanto terem se preocupado com a titulação e o reconhecimento de posse da terra por parte do Estado (UNIAGRO, 1997, citado por Instituto Agroecológico da Amazônia, 2004).

Segundo a narrativa dos entrevistados, em 1962 chegou um “moço novo” (aproximadamente 20 anos) conhecido como Acrino Breda, oriundo da cidade de Colatina no Espírito Santo, proveniente de família detentora de fazendas de gado e café. Junto com esse “moço novo”, que inicialmente se instalou na casa de um dos moradores mais antigos, chegaram cerca de vinte homens.

Após ter-se estabelecido naquela localidade e com pretensões de instalar uma fazenda para produção de leite e queijo, esse “moço novo” passou a intitular-se como proprietário da área em que as famílias tinham ali seu “pedaço de chão” e sua produção e, a reivindicar pelos direitos de sua propriedade, quando então, elas passaram a ser expropriadas de suas terras.

A expropriação de populações locais na Amazônia, como o caso¹¹ aqui estudado e o descrito por Moreira (2009) na região do Moju, demonstram como a política de ocupação da Amazônia pelo Estado favoreceu a criação de latifúndio e a expropriação das terras das populações que já habitavam esta região por décadas ou mesmo séculos.

Para tanto se desenvolvia um processo de grilagem de terras, normalmente apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores rurais. Assim, os grileiros formavam os latifúndios. Era comum a utilização dos agricultores como mão de obra para os trabalhos de derrubadas da mata e plantios, até a formação das fazendas, depois eram expropriados. Aos que tentassem

¹⁰ Moradores nascidos na área onde atualmente se localiza o PA estudado e/ou nas proximidades desta. Outro termo que poderíamos adotar aqui para fazer referencia a estes moradores/nativos seria o de população local ou residente, a partir do exposto por Barreto Filho (2006), para o qual, essa expressão é a mais conveniente para referir-se á população original, população nativa.

¹¹ Outros casos, como o da Fazenda Capaz, também conhecida como Gleba dos Americanos (por pertencer a um grupo de Americanos), que até o final da década de 1960 detinham oficialmente uma área de 95.000ha, localizados no município de Paragominas/PA, com pretensões de apropriar-se de uma área de 250.000ha, utilizando para isso a grilagem e expropriação dos moradores que ali residiam, conforme descrito por HEBETTE (2004).

resistir na terra, o poder do “coronel” era explicitado pela perseguição e morte, como pode ser constatado no descrito por Pereira (2004).

Também, segundo Hébette (2004, p. 38) “o governo federal estimulou o latifúndio, concedendo, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), incentivos fiscais”. Tais incentivos consistiam em abonar os impostos de quem quisesse aplica-los na pecuária em grande escala na região Amazônica. E, conforme descreve esse mesmo autor “todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados, tornarem-se pecuarista: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahyba e tantos”.

Inicialmente, o “suposto proprietário” investiu na compra¹² das terras de algumas famílias, expandindo a sua área e aumentando o plantio do pasto. Prometeu aos que ali moravam e que para ele trabalhassem permaneceriam em seus respectivos “pedaço de chão”. No entanto, no final dos anos de 1960, seus pistoleiros começaram a expulsar as famílias da terra que outrora lhes pertencia para a expansão da pecuária e do pasto, recorrendo-se para isso de várias ações de violência.

Ao analisar as práticas dos proprietários e empresários rurais no Brasil nos anos de 1980, Bruno (1997) afirma que dois traços marcam o seu perfil: a defesa da propriedade como direito absoluto e a violência como prática de classe, algo herdado e adquirido pelo trabalho e associado a essa noção de propriedade. A propriedade da terra surge como direito incontestável eterno e absoluto. Forma segura para criar riqueza e obter reconhecimento político, status e prestígio estável.

As investidas de grilagem das terras da área em questão denominada pelo Sr. Acrino de “fazenda Colatina” tornavam-se cada vez mais truculentas, quando então o Sr. Benedito Alves Bandeira (Benezinho), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Tomé Açu, passou a ter conhecimento da causa e a apoiar as famílias da área do conflito em questão. A representação desse senhor junto às lutas como esta era bastante conhecida no município de atuação de seu STR, diferentemente do posicionamento dos dirigentes do STR do município do Acará, que optaram por não se envolver nesse conflito.

É válido destacar que nessa época vários conflitos fundiários ocorriam em todo o país. Segundo a CPT (1983), até julho de 1981 havia o registro de 916 conflitos fundiários em todas as regiões do país, envolvendo aproximadamente 261.791 famílias, um total de quase 2 milhões de pessoas. Somente no estado do Pará ocorreram 151 conflitos envolvendo 208.272 pessoas, numa área com mais de 13.000.000 de hectares de terra (CPT, 1983).

¹² O preço pelas terras geralmente era irrisório e as ‘negociações’ precedidas por diversas ameaças.

Em meados de 1984¹³, em um diálogo sobre a situação dos conflitos agrários que estavam ocorrendo no município de Tomé Açu, o Sr. Benezinho e seu amigo, o Sr. Antonio Santana Rodrigues (Antônio Juvêncio¹⁴), que na época era delegado sindical deste sindicato, confidenciou que em breve um deles morreria por causa do envolvimento que tinham na disputa pela terra neste município. Nesta ocasião firmaram compromisso de que o que permanecesse vivo daria continuidade à luta pela terra junto aos demais agricultores.

O episódio previsto do assassinato aconteceu logo em seguida. O assassinato do Sr. Benezinho ocorreu no dia 04 de julho de 1984, no município de Tome Açu. Além deste fato, sucederam outras três tentativas de morte: ao Sr. José Luis Matias, ao Sr. Timóteo e ao Sr. Samanguara, mas em virtude da presença da polícia nas proximidades, após as varias pressões dos demais trabalhadores por isso, os “assassinos” iniciaram a fuga, mas, no entanto, sem êxito. Já na delegacia do município de Tome Açu, os três pistoleiros acusados de matar o Sr. Benezinho foram mortos pela própria população de Tomé-Açu. Ocasão em que, segundo os relatos, mais de cinco mil pessoas promoveram a invasão à delegacia para “fazer justiça com as próprias mãos”.

Até então, os membros da diretoria do STR de Tomé Açu acreditavam que o motivo do assassinato do Sr. Benezinho havia sido em decorrência da disputa pela área de Tomé Açu. Mas não demoraram a descobrir que a causa teria sido pelo conflito de terras no município do Acará, mais especificamente ao da fazenda Colatina que o Sr. Acrino dizia-se proprietário.

No mesmo ano do falecimento do Sr. Benezinho, o Sr. Adriano Rodrigues, seu vice, assumiu a presidência daquele STR, e o Sr. Antônio Juvêncio foi designado por ele a organizar os agricultores para a ocupação da terra da área da “fazenda Colatina”. Também neste mesmo ano, o Sr. Antônio Juvêncio participou do congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em São Paulo/SP, ocasião em que denunciou a violência acometida contra os trabalhadores rurais e o assassinato do Sr. Benezinho. Promovendo com isso a divulgação do fato e uma maior adesão à sensibilização da causa.

No ano seguinte, cento e trinta e cinco famílias adentraram a área daquela fazenda e começaram a fazer as suas roças (cultivos agrícolas). Mas nenhuma família ocupou a área dos 900ha de pasto que havia ali, o que passou a despertar o interesse dos fazendeiros do município do Acará e dos municípios vizinhos.

¹³ Nesse mesmo ano, o governador do estado do Pará era o Sr. Jader Barbalho.

¹⁴ Conhecido dessa forma porque seu pai era Juvêncio.

Após a ocupação das terras da fazenda que o Sr. Acrino dizia-se proprietário, este designou um Sargento da Polícia Militar (PM) para perseguir os agricultores e apreender seus motosserras. Iniciando com isso uma nova etapa de perseguição e violência.

Pereira (2004) relata várias ações de violência cometida por Policiais Militares, do estado do Pará, contra trabalhadores rurais na disputa pela posse da terra, a serviços de proprietários e empresários rurais na região do Araguaia. A respeito disso, Hébette (2004, p.73) descreve que os policiais militares consentiam e eram coniventes com as práticas de coações do grupo americano, detentor de 95.000ha de terras da fazenda Capaz no município de Paragominas/PA, dirigidas aos posseiros das terras da área que pretendia obtê-las, as quais perfaziam um total de 250.000ha. E, Moreira (2009), mostra a omissão dos policiais frente às ações de violências de supostos “proprietários” a uma população local na região do Moju/PA.

Ameaçados pelas ações do Sr. Acrino, os agricultores que ocupavam a fazenda Colatina decidiram em reunião, que contou com a participação de aproximadamente duzentos homens, pela morte do Sargento Barata que aconteceu no final de 1984.

Após isso, ocorreram novas investidas por parte do Sr. Acrino. Desta vez utilizou como estratégia de “infiltrar” um vaqueiro na área da fazenda, no intuito de intimidar as famílias que ali estavam. No entanto, os agricultores decididos por lutar pela permanência naquela terra decidiram fazer um contra ataque, que impôs ao vaqueiro a condição de cadeirante. Conforme Martins (1981) e Pereira (2004) na maioria dos casos, os trabalhadores rurais sem alternativa, se encontravam diante da situação de resistir ou serem expulsos com as suas famílias da terra.

Após alguns meses, outro vaqueiro, conhecido por Ailton, por ordens do senhor Acrino, adentrou e se instalou na área. No entanto, alegava que suas intenções eram apenas de alugar uma parte da área de pasto para alocar algumas cabeças de gado de sua criação. Esse fato gerou tensões e novos conflitos, pois muitas famílias, desconfiadas, contestavam a permanência deste vaqueiro no local. No entanto, nada promoveram para modificar a situação.

No final de 1985, a Superintendente do INCRA foi até a área em questão para realizar uma reunião que daria início ao processo de constituição do assentamento. Neste mesmo ano, o Sr. Manoel Barradas foi eleito presidente do STR de Tomé Açu. Até então, o Sr. Antônio Juvêncio continuou delegado sindical e criou duas subdelegacias, uma na vila Colatina a qual ficou sob responsabilidade do Sr. Genésio e a outra no Jupuíba (comunidade estabelecida ao lado da área d), que teve como representante o Sr. Timóteo.

No início de 1986, o Sr. Ailton, a mando do Sr. Acrino, contratou um pistoleiro que assassinou o Sr. Genésio, como tentativa de desarticular a organização dos agricultores, em razão desse senhor ser um forte mobilizador das lutas ali. Fato esse que chamou ainda mais atenção para o conflito que ali ocorria. Neste mesmo ano o então Ministro da Reforma Agrária Sr. Marcos Freire esteve no estado do Pará para o levantamento de informações sobre a área e com relação às famílias, no intuito de iniciar o processo de desapropriação, o que, no entanto, não foi concretizado por ele.

Apesar do decreto de desapropriação ter sido assinado em 1987, ano em que o Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária era o Sr. Jader Barbalho, somente no ano seguinte foi efetivada a desapropriação¹⁵ da área dos 11.000ha da fazenda Colatina e em seguida iniciou-se a constituição do PA BAB. A denominação deste assentamento se deu em reconhecimento à luta do Sr. Benezinho pelas questões agrárias naquela região, importante liderança do STR de Tomé Açu, morto durante o conflito fundiário que culminou na constituição do assentamento em questão.

A resistência às novas e atuais disputas pela terra

Após a desapropriação da fazenda Colatina, a constituição do assentamento foi oficializada pelo INCRA que iniciou a demarcação dos lotes¹⁶ para “assentar” aproximadamente duzentos e cinco famílias na área dos 11.000ha que correspondia ao assentamento. As famílias permaneceram nas áreas em que já residiam devido à solicitação das mesmas, pois já estavam organizadas nesses espaços. Ficou acordado que para essas famílias o lote demarcado seria de no máximo 100ha.

A maioria dessas famílias era nascida ou já residia no município do Acará, na área supostamente grilada por aquele pecuarista, e as demais, em outras áreas adjacentes a essa. Além disso, durante o processo de ocupação da fazenda várias famílias ou pessoas solteiras se dirigiram para lá, e, também, um novo fluxo migratório se deu a partir da constituição do assentamento. Nestes casos, elas vieram de outras localidades deste município e de municípios vizinhos, principalmente de Concórdia do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Mãe do Rio e, um pouco delas veio de outras regiões do país, como por exemplo, do Ceará.

Durante a constituição do PA BAB residiam na área cerca de 135 famílias, algumas destas estabeleceram residência na única vila, nomeada pelos agricultores de Colatina,

¹⁵Conforme consta na portaria de desapropriação emitida pelo INCRA.

¹⁶ Em geral, os lotes demarcados foram de 25ha a 100ha.

constituída na época, enquanto outras optaram por permanecer na área de seus respectivos lotes, em que já tinham se estabelecido. A configuração espacial desse assentamento apresenta duas vicinais (estradas de chão) principais, interligadas por quatro travessas (pequenos ramais).

Nesse período, os agricultores constituíram também uma Associação, provavelmente por recomendação dos funcionários do INCRA. Essa organização, inicialmente se deu de maneira informal, e posteriormente, sua legalização foi realizada, ocasião em que a denominaram de Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB).

Se por um lado a desapropriação da fazenda Colatina para fins de reforma agrária em 1988 pôs fim a luta pela terra, deu início a muitas outras. No entanto, abordaremos neste artigo apenas as lutas vivenciadas pelos “assentados” frente às novas e atuais investidas de coações de atores locais, por suas terras (lotes agrícolas), mais especificamente as relacionadas gestão de domínio do território pretendia por um representante do SRT do Acará, logo após a constituição do assentamento; ao avanço da pecuária e mais recentemente, do cultivo do dendê (*Elaeis guianensis*).

A gestão e destino da área do pasto

A área dos 900ha de pasto que desde a constituição do assentamento pertenciam ao domínio e gerência da APRABAB¹⁷, permaneceu até 2001 sendo alugada para alguns pecuaristas das proximidades, cuja finalidade era a criação de gado. De acordo com Feeny et al. (2001), os recursos de propriedade comum possuem duas características importantes: uma referente ao caráter de exclusividade, isto é, o controle do acesso aos recursos (podendo levar à exclusão de indivíduos usuários em potencial) e outra referente à subtração, isto é, “à capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro” (Feeny et al., 2001, p.19). Segundo esse mesmo autor esses recursos podem incluir florestas, pastagens, fauna e outros, aqui compreendidos enquanto recursos naturais.

Após as eleições de 2001 na qual foram eleitos o Sr. Chico Anjo como presidente e o Sr. Gordo como vice-presidente, os assentados passaram a desenvolver junto a Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) do assentamento projetos de criação de gado. E, já no ano seguinte esses projetos foram iniciados. Fortalecendo com isso a estratégia de gestão

¹⁷ Durante a constituição do assentamento os assentados fizeram um acordo com funcionários do INCRA, que nenhuma família fosse assentada naquela área de 900ha de pasto, que desde então passou a ser gerenciada pela associação.

daquela área de pasto, pois com a colocação do gado dos associados neste pasto, reduziria a área destinada ao arrendamento àqueles pecuaristas, e também, a presença destes ali no assentamento. E, a partir disso, deu-se início a novos modos de apropriação e uso da área do pasto: o uso e a gestão de um bem coletivo no PA BAB.

Nesse sentido, os assentados que pertenciam ao grupo do mutirão e alguns assentados¹⁸ que compunham a diretoria da APRABAB intensificaram ainda mais as ações para diminuir cada vez mais a área de pasto destinada à alocação do gado dos fazendeiros. E, o resultado das eleições da APRABAB que aconteceu em 2003 contribuiu significativamente para esse objetivo. Após eleitos, o Sr. Gordo foi eleito como presidente e o Sr. Louro como vice-presidente, houve uma redução de 40% da área arrendada. A partir daí, a área de pasto destinou-se cada vez mais ao gado dos assentados.

No final do ano de 2005, com a aprovação dos 30 projetos de gado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), houve um aumento significativo na quantidade desses animais na área de pasto da associação. No início de 2006, após a decisão da venda do trator da associação e finalizada a venda, investiu-se na compra de mais cabeças de gado e de sal mineral, aumentando com isso o rebanho no pasto coletivo e reduzindo ainda mais a área alugada aos fazendeiros. Também com essa aquisição iniciou-se a gestão das primeiras cabeças de gado da associação. Diante da evolução do rebanho dos assentados adquiridos individual ou coletivamente, no início do verão de 2008, o aluguel do pasto para os fazendeiros terminou.

A partir do final de 2008 essa situação modifica-se novamente, devido principalmente a saída do Sr. Louro¹⁹ da presidência da APRABAB, o que se deu em razão de uma enfermidade que lhe acometera. Ocasão em que, a nova diretoria da associação decidiu vender todo o gado e utilizar o dinheiro da venda para quitar o débito referente ao projeto do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) junto ao Banco da Amazônia (BASA), financiado (trator, caminhão e máquina de arroz) pela associação em 1995. E, além dessa venda, decidiram vender também o caminhão da associação.

É importante destacar que a venda do gado da associação levou a duas consequências graves. A atuação da APRABAB em relação à utilização da área do pasto foi fragilizada, uma vez que seu rebanho foi vendido e, portanto, a área desprovida de uso poderia ser destinada novamente a alocação por fazendeiros. A outra consequência se deu no plano político, e esta de forma mais incisiva fragilizou o controle da associação.

¹⁸ Alguns destes pertenciam também ao grupo do mutirão.

¹⁹ Uma das principais lideranças e um dos idealizadores do mutirão no PA BAB, desde sua criação.

Até o início de 2009, havia na área de pasto apenas o gado dos assentados. Nota-se que a associação, por não ter mais gado nessa área, deixou de administrar ou controlar efetivamente a área e, desde então, não planejou nem executou mais ações destinadas ao pasto, apenas manteve as áreas em que os agricultores responsáveis pelas mangas mantinham o gado deles. Nesse contexto, novas disputas pela área, incentivadas por novos e antigos grupos de dentro do assentamento e de suas proximidades passaram a incidir com mais veemência. A disputa por tal área revela intenções mais profundas: a gerência da APRABAB e o desmonte das ações coletivas, principalmente as dirigidas pelos membros do grupo do mutirão.

Os grupos e as disputas pelos espaços

Um fato importante ocorreu em 2007 quando um fazendeiro adentrou e instalou-se no assentamento por meio da compra de um lote, e em seguida associou-se na APRABAB, embora isso tenha sido motivo de desacordo entre a diretoria desta associação. Também, esse fato culminou numa maior tensão e rixa entre grupos e fazendeiros das proximidades, acirrando assim ainda mais a disputa entre os grupos existentes naquele PA pela “direção do movimento”. Sendo os opositores ao grupo do mutirão apoiados pelo STR do Acará e por pessoas do INCRA.

Nesse processo de disputa identificam-se quatro grupos (ver o Quadro 01), segundo os interesses específicos de cada um:

GRUPO	INTERESSE
Fazendeiros das proximidades	Ocupar o pasto com o gado
Grupo do Mutirão	Uso coletivo para os assentados
Outros assentados	Desarticulados
Grupo de assentado	Uso privado – domínio individual
Fazendeiro instalado no BAB	Mercado de terras – plantio de dendê

Quadro 01: Grupos existentes na disputa pela área de pasto

Nos anos 2008 e 2009, a Biopalma²⁰ (agora representada pela empresa Biovale²¹) passou a comprar várias propriedades da região, nos municípios do Acará, Concórdia do Pará, Bujaru e Tomé Açu, e com isto diminuiu drasticamente a oferta de área de pasto aos fazendeiros que, em seguida, começaram a exercer maior pressão pela utilização daquela área de pasto da associação, cuja localização nas margens da Rodovia Estadual PA 252 é bastante

²⁰ Empresa produtora de dendê na região.

²¹ Consórcio formado pelas empresas Biopalma e Vale do Rio Doce.

estratégica. Por outro lado, o fato de esta rodovia ser asfaltada gera um grande interesse por parte da empresa Biovale, responsável pelo plantio do dendê na região.

A (re)ocupação da área do pasto

Na disputa pela diretoria da APRABAB, o STR do Acará, através do seu delegado sindical, fortaleceu a ação de um pequeno grupo de assentados que tinha interesse em transformar a área de pasto coletivo em área particular, para se apropriar de parte da área, bem como desarticular com isso as ações do grupo do mutirão e diminuir a possibilidade de que a associação retomasse o controle nessa área. A diretoria deste STR acreditava que dessa forma também fragilizaria as possíveis investidas desse grupo nas eleições que seriam realizadas em outubro de 2009.

Diante desse contexto, em julho de 2009, a área do pasto coletivo foi ocupada por cerca de 30 famílias organizadas pelo pequeno grupo ligado aquele delegado sindical. Esse fato contou com o apoio de pessoas do INCRA, da prefeitura do município do Acará, do STR, e daquele fazendeiro que havia se instalado no PA. Segundo os relatos, há indícios de que, a mando de fazendeiros das proximidades, alguns pistoleiros integraram-se nesta ocupação. Por causa disso, os assentados retiraram o gado daquela área sem resistência, pois temiam a ação dos pistoleiros.

O momento vivenciado no PA BAB pode ser considerado um marco na história deste assentamento e crucial para a permanência e controle do pasto coletivo e, para reestruturação do grupo do mutirão. Várias tentativas de negociação têm sido feitas pela associação junto ao INCRA e Ministério Público Federal, na tentativa de reaver a área do pasto coletivo. Essa situação, apesar de conflituosa, tem motivado reuniões do grupo do mutirão e da associação envolvendo um número maior de famílias, e não apenas as que faziam parte do grupo do mutirão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de modernização da agricultura brasileira, mesmo que de forma diferenciada, em quase todas as regiões do país, houve a promoção de agravantes para a agricultura familiar na Amazônia, e em especial na Gleba Colatina (onde atualmente é o PA BAB), desprovido as famílias de agricultores dos bens necessários para sua reprodução social e econômica. Diante do avanço da pecuária na região, o uso das praticas coletivas foi

uma estratégia importante para ajudar as famílias a se “fixarem” na região, ajudando superar dificuldades encontradas pela falta ou indisponibilidade de recursos para produção. Neste caso vale destacar a importância da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na promoção dessas práticas.

Ainda com relação à formação desse assentamento, destaca-se duas particularidades: o “valor” que a terra possui para a maioria das famílias daquela população local cujo meio de produção, essencialmente, depende dos recursos naturais ali existentes, e, o profundo processo de seu enraizamento (no sentido exposto por MARTINS, 2003b) naquela terra. Apesar disto, no entanto, pode-se observar que há casos em que a terra pode prontamente ser substituída, a partir de novas estratégias de vida estabelecidas.

Percebeu-se também, durante a realização da pesquisa, que a produção agropecuária das famílias é eminentemente uma atividade familiar. As espécies agrícolas de valor econômico que compõem os sistemas de produção dentro do conjunto de estratégias produtivas são destinadas tanto para o auto-consumo como para a venda. No geral, pode-se dizer que a atual relação das famílias com o mercado caracteriza-se por um tipo de economia mercantil e sua especificidade é o de assegurar a reprodução familiar.

No contexto atual a roça embora atividade considerada pelas famílias como a de maior importância, há cada vez menos adoção desta prática, em virtude da pouca disponibilidade de área de floresta necessária a sua realização. Por outro lado, tem ocorrido um aumento da área dedicada à pecuária e também na aquisição de gado, caracterizada pelas famílias como segunda atividade mais importante, e é cada vez mais recorrente a aquisição de gado, principalmente nos últimos anos, favorecido pelos projetos de pecuária de corte promovidos pela própria APRABAB, com apoio do grupo do mutirão.

Na atualidade, houve uma mudança na perspectiva e estratégias dos agricultores desse grupo que passaram a ser os principais opositores a novas aquisições de gado, e com isso constituem uma resistência para o avanço da pecuária no assentamento, e, também ao monocultivo de dendê. Essa mudança ocorreu principalmente em virtude das condições ambientais e “conjunturais” no presente. Entende-se, que a realidade desse foco é resultante da capacidade que a agricultura familiar tem em se adaptar aos diferentes ambientes históricos e socioculturais.

As experiências vivenciadas pelas famílias assentadas na luta e conquista pela desapropriação de terra e na vivência do assentamento indicam que o espaço por elas conquistado não se apresenta como uma realidade estática, mas sim dinâmica (GUIMARÃES

2005, p. 279). Outros autores também têm destacado que os assentamentos são processos dinâmicos, partindo do ponto de vista de que ele constitui e é constituído pelas novas vivências das famílias (MARTINS, 2003a; LEITE, 2005; NEVES, 1999; FERRANTE; BARONE; BERGAMASCO, 2005).

Ressaltamos aqui as idéias de Neves (1999, p. 2) de que o assentamento constitui “uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns”. Para a autora no espaço do assentamento acontecem rupturas nas posições sociais e, por consequência, nas relações de poder e na visão de mundo dos assentados, tendo-se com isto, as mais diversas implicações.

As conclusões tomadas neste estudo apontam que a organização dos agricultores em torno de práticas coletivas não pode ser considerada como a solução para os problemas dos assentamentos rurais, mas pode ser uma das estratégias que devem ser observadas na construção das ações.

Nessa perspectiva de compreensão e entendimento dos elementos que compõem o universo do grupo do mutirão e das relações de conflito observado, em especial com os grupos de interesses pelo pasto coletivo, foi possível observar a relação deste caso com a teoria das classes sociais. Onde a ação social e a tensão indivíduo/sociedade, todas perpassadas pelo poder, evidenciam a assimetria de forças sociais, caracterizada, neste caso na ação de resistência do Grupo do Mutirão frente às investidas dos grupos e estruturas a serviço do capital, como as prefeituras de Acará e Concórdia, Biopalma e Fazendeiros da região.

É verdade que a reação dos agricultores frente a esse processo de disputa e conflito de interesses, também se deu de maneira diferenciada, indo desde a simples reação de desacordo até as expressivas reações políticas contrárias.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Editora Senac, 2006, p. 109- 143.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: Medeiros, Leonilde Sérvo de, et al.. “**Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**”. São Paulo: Edunesp, 1994.

BRUNO, Regina Ângela Landin. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997. 160p.

CARMO, M. S. do. Desenvolvimento Territorializado: Assentamentos Rurais e Agroecologia. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY, Osvaldo Junior (Orgs). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. São Paulo, 2005. p. 219-234.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT: pastoral e compromisso**. Petrópolis: Vozes, 1983.

Departamento de Estudos Sócio-Econômicos – DESER. Disponível em <<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 24 de março de 2010.

ENGELS, F. O problema camponês da França e na Alemanha. In: SILVA, José Graciano da.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. Trad. Sandra Brizolla. São Paulo: brasiliense, 1981. 59-80.

FEENY, D. ; et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: Diegues, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; A maioria dos Assentamentos Rurais em São Paulo: Impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY, Osvaldo Junior. (Orgs). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005. p.37-69.

GLASL, F. **Konfliktmanagement. Ein Handbuch für Führungskräfte und Berater**. 4.ed. Bern: Stuttgart: Haupt, Freies Geistesleben, 1997. 464p.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. A formação de relações sócio-políticas em Assentamentos de reforma agrária no contexto da implementação de políticas públicas. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. & ALY, Osvaldo Junior. (orgs). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. São Paulo: 2005. 436 p.

HÉBETTE, Jean. A questão Agrária: problemas e conflitos não resolvidos. In: HÉBETTE, Jean **Cruzando a Fronteira**. 30 anos de campesinato na Amazônia. vol. 02. Belém: EDUFPA, 2004. 303 p.

INSTITUTO AGROECOLOGICO DA AMAZÔNIA. Relatório do convênio de Assistência Técnica e Extensão Rural, convênio Instituto de colonização e Reforma Agrária. Belém: IAAM/INCRA 2004.

LACERDA, A. G.; MALAGODI, E. **Formas de cooperação e reforma agrária**. In: ENCONTRO DA REDE RURAL, 2., 2007. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

LEITE, Sérgio. Dinâmica Econômica, Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Regional: evidências a partir de seis estados brasileiros. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY, Osvaldo Junior (Orgs). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória**

de 20 anos). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. São Paulo, 2005. p. 117-172.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. Estudos Avançados, maio/agosto, 2005, vol.19, n^o.54, p.77-98.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O impossível diálogo sobre a história possível**. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 41p.

MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito Oculto: Ordem e transgressão na Reforma Agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b. 1-159 p.

MARX, K. **El campesinato como classe**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

MEDEIROS, Leonilde Sevolo de; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In. MEDEIROS, Leonilde Sevolo de; LEITE, Sérgio (Orgs). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p.17- 52.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al.. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3^o ed.,1994.

MOREIRA, Liliane Freitas Costa. **Do comum ao privado: as transformações quanto aos principais usos da Floresta na Comunidade Santa Maria assentamento Olho D'Água II, Município de Moju/PA**. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, 2009.

MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Formação MST**, n.20. São Paulo: MST, 1993.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: confluência de formas de inserção social**. Estudos Sociedade e Agricultura, n^o 13, Rio de Janeiro, 1999, p. 5-28.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo : Atica,1986.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1987.

PASQUIS, Richard et al.. Reforma agrária na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1. Brasília, 2005. p. 83-96.

PEREIRA, Airton dos Reis. A igreja católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: mediação e conflito na região araguaia paraense. **Ruris**, v. 2, n. 2, 2004.

ROMEIRO, Ademar Guanziroli C.; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. **Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba.** Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, 3 Brasília-DF, 2006. Brasília: ANPPAS, 2006, p. 1-15.

SOUSA, Romier da Paixão. **Granja Marathon: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no nordeste do Pará.** 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. - Universidade Federal do Pará. Centro de Ciências Agrárias. 2002.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão Agrária no Brasil.** v.1,2,3. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TEMPLE, D. Les structures élémentaires de la reciprocité. **La Revue du M.A.U.S.S.**, v. 2, n. 12. 1998. p. 234-242.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Amazônia: **Uma Reforma Agrária Eco-etnocultural.** Disponível em: www.abrareformaagraria.org.br/artigo108.htm. 2002.